

d a Ativa da União:

in te em prol do aumento na arrecadação



Para tentar remediar tal situação, a própria Secretaria da Receita Federal criou um formulário que denominou de “Pedido de Revisão de Inscrição de Débito Inscrito em Dívida Ativa”. Então, o contribuinte deve preencher tal formulário, com as explicações sobre seu caso específico, anexar os comprovantes de recolhimento e ficar horas a fio na fila da Receita Federal para protocolar tal pedido.

O prazo para a regularização da situação, pasmem, é de aproximadamente um ano! Durante todo esse tempo o contribuinte, que, ressalte-se, está em situação absolutamente regular junto ao Fisco Federal, fica impedido de obter Certidão Negativa de Débito quanto à Dívida Ativa da União e sofre toda a sorte de inadimplência junto ao Fisco, tais como a inscrição de seu nome no CADIN, que por sua vez o impede de obter financiamentos junto a instituições financeiras, a propositura de ação fiscal com a conseqüente constrição de seu patrimônio como condição para o exercício de seu direito de defesa. São, pois, desastrosas as conseqüências desse ato arbitrário e ilegal da Receita Federal.

Tantos infortúnios, por vezes, fazem com que o contribuinte recolha novamente o tributo para, desta forma, ficar adimplente –

ao menos momentaneamente – com a Fazenda Nacional e poder dar seguimento à consecução de seu objeto social. Os que não se compadecem com tamanha ilegalidade, devem buscar a tutela do Poder Judiciário para ver satisfeito seu Direito.

Lembramos que todas essas celeumas poderiam ser superadas se, ao invés de remeter tais débitos para inscrição em Dívida Ativa, a Secretaria da Receita Federal notificasse os contribuintes para prestar esclarecimentos sobre determinados débitos apontados pelo seu sistema. O direito constitucional ao devido processo legal estaria, por certo, sendo respeitado e o órgão evitaria grandes dissabores ao contribuinte.

Ao concluirmos que tudo isso poderia ser evitado se o ente arrecadador adotasse uma postura mais ética, indagamos, então, qual seria sua intenção ao proceder da forma como vem fazendo? Seria, talvez, bater recordes e mais recordes de arrecadação, como vem sendo anunciado pelo respeitável Secretário da Receita Federal? Deixo a critério de cada leitor essa conclusão.

Dra. Adriana Franco de Souza
é advogada tributarista do escritório
Bueno Barbosa Advogados Associados